

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária está de volta aos holofotes no Congresso.....3

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Semana do Congresso: Câmara indica projetos, e Senado deve avançar em comissões..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto de lei quer excluir EBS/CBS do cálculo do ICMS..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívida pública segue tendência de alta e compromete contas de 2027 (RISCO FISCAL)
..... 9

PORTAL UOL - CARROS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fim do carro para PCD? O que mudou nas regras com a Reforma Tributária.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump promete anunciar hoje tarifas sobre aço e alumínio.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo quer evitar firme contenção orçamentária.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívida pública segue tendência de alta.....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Pacote fiscal fraco cria riscos para as contas de 2027.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Crescimento e desafios em 2025.....22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Para onde parlamentares mandaram R\$ 45 bilhões em emendas em 2024.....24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Vai ficar complicado exportar para os EUA'.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Sem ajuste, há risco de paralisia da máquina pública em2027, indica estudo.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Sobre a existência de um piso para os juros no Brasil.....28

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Governo convoca líderes da base para tratar de prioridades em meio a debate sobre reforma ministerial e após recados de Motta

30

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

EMPRÉSTIMO - APOSENTADOS.....31

Reforma tributária está de volta aos holofotes no Congresso

Danandra Rocha +

Com o retorno das atividades no Congresso, a regulamentação da **reforma tributária** volta aos holofotes. Não por acaso, as mudanças no sistema de **impostos** nacional figuram no topo da lista de prioridades econômicas entregues pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Embora as medidas só comecem a entrar em vigor em 2027, o governo tem muito interesse em avançar com a regulamentação, pois contribuirá para o crescimento econômico a longo prazo.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Aprovada e promulgada no fim de 2024, a **reforma tributária** promete simplificar o complexo sistema de **impostos** sobre o consumo do Brasil, mas também levanta dúvidas sobre impactos no bolso dos brasileiros, na busca por eficiência e justiça fiscal. Com mudanças que incluem a substituição de **tributos** federais, estaduais e municipais por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o consumidor e empresários ainda têm receio sobre qual produto ou serviço pode ficar mais caro.

A reforma unifica **tributos** federais, estaduais e municipais em IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo sistema visa, entre outras finalidades, acabar com a guerra fiscal entre estados e municípios, reduzir a burocracia e tornar a cobrança de **impostos** mais transparente.

Aguardada há quase quatro décadas, a **reforma tributária** aprovada e promulgada pelo Congresso foi uma conquista importantíssima para assegurar um novo ambiente de negócios para os investidores, mas também para os contribuintes brasileiros, especialmente os mais pobres, afirmou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**.

Segundo ele, entre os principais avanços do novo modelo tributário estão a simplificação, a segurança jurídica e a justiça social. O novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) substituirá cinco antigos **impostos**: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Essa simplificação

permitirá que o contribuinte saiba exatamente o quanto está pagando de imposto em cada produto que compra ou consome, explicou o parlamentar.

Um dos pontos importantes da regulamentação da **reforma tributária** diz respeito aos produtos e serviços sobre os quais incidirão as alíquotas. Itens da cesta básica, por exemplo, terão isenção total de **impostos**. Já produtos como veículos, loterias, bebidas alcoólicas e cigarros serão sobretaxados pelo imposto do pecado.

Outra novidade à vista é o cashback - dinheiro que é devolvido à população mais vulnerável, cadastrada no CadÚnico. Os **impostos** devolvidos serão utilizados para o pagamento de serviços essenciais. A parcela da população de baixa renda terá o imposto de determinados produtos devolvidos, como no caso dos serviços de água, esgoto, energia elétrica, gás, internet e telefonia.

Embora a reforma busque maior justiça fiscal ao simplificar o sistema tributário e eliminar a tributação em cascata, a advogada tributarista Maísa Pio ainda vê questões pendentes. Ainda há riscos de desigualdade, especialmente para o setor de serviços, que pode enfrentar aumento da carga tributária. Pequenos negócios também podem ser prejudicados, pois para aqueles que decidirem pela manutenção do Simples Nacional, não poderão se credenciar do IBS e da CBS, o que pode gerar resultados competitivos frente às grandes empresas, acredita.

O novo modelo representa um avanço em um sistema mais transparente e eficiente, mas sua regulamentação e melhorias serão cruciais para evitar novos desequilíbrios e garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma justa entre todos os setores da economia, acrescenta a tributarista.

Para o economista Benito Salomão, professor de macroeconomia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, a reforma busca corrigir distorções. Há setores que hoje são beneficiados pelo modelo atual e acabam sendo subtributados, mas não dá para dizer que eles serão penalizados, analisou. Na verdade, eles passarão a operar sob as mesmas regras dos demais setores, promovendo maior equilíbrio no sistema, observa.

No setor produtivo, há também preocupações. A empresária e fundadora da Escreva, Hulda Rode, relata que o segmento de livros é isento. Mas isso não ocorre com a cadeia produtiva, o que inclui serviços gráficos e direitos autorais. Ela se diz apreensiva com a reforma. Lutamos diariamente para que o livro não se torne um artigo de luxo. Educação e cultura são setores primordiais para a economia, argumenta.

Confiante em uma boa relação com os novos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, o governo aposta no avanço de mais medidas benéficas para o contribuinte, como a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Esse é um dos itens aguardados para os próximos meses.

Em janeiro, quando sancionou parte da regulamentação da **reforma tributária**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou os benefícios a longo prazo para a economia. Vamos garantir que nosso país tenha um sistema tributário mais justo, moderno e transparente, onde quem ganha mais, paga mais, e quem ganha menos, paga menos. Poderemos corrigir distorções, garantir imposto zero para alimentos da cesta básica, cashback de imposto para 73 milhões de brasileiros e de brasileiras, medicamentos sem imposto, entre outras ações. , afirmou, nas redes sociais.

Com o retorno das atividades no Congresso, a regulamentação da **reforma tributária** volta aos holofotes. Não por acaso, as mudanças no sistema de **impostos** nacional figuram no topo da lista de prioridades econômicas entregues pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Embora as medidas só comecem a entrar em vigor em 2027, o governo tem muito interesse em avançar com a regulamentação, pois contribuirá para o crescimento econômico a longo prazo.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Aprovada e promulgada no fim de 2024, a **reforma tributária** promete simplificar o complexo sistema de **impostos** sobre o consumo do Brasil, mas também levanta dúvidas sobre impactos no bolso dos brasileiros, na busca por eficiência e justiça fiscal. Com mudanças que incluem a substituição de **tributos** federais, estaduais e municipais por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o consumidor e empresários ainda têm receio sobre qual produto ou serviço pode ficar mais caro.

A reforma unifica **tributos** federais, estaduais e municipais em IVA dual, composto pela Contribuição

sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse novo sistema visa, entre outras finalidades, acabar com a guerra fiscal entre estados e municípios, reduzir a burocracia e tornar a cobrança de **impostos** mais transparente.

Aguardada há quase quatro décadas, a **reforma tributária** aprovada e promulgada pelo Congresso foi uma conquista importantíssima para assegurar um novo ambiente de negócios para os investidores, mas também para os contribuintes brasileiros, especialmente os mais pobres, afirmou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**.

Segundo ele, entre os principais avanços do novo modelo tributário estão a simplificação, a segurança jurídica e a justiça social. O novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) substituirá cinco antigos **impostos**: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Essa simplificação permitirá que o contribuinte saiba exatamente o quanto está pagando de imposto em cada produto que compra ou consome, explicou o parlamentar.

Um dos pontos importantes da regulamentação da **reforma tributária** diz respeito aos produtos e serviços sobre os quais incidirão as alíquotas. Itens da cesta básica, por exemplo, terão isenção total de **impostos**. Já produtos como veículos, loterias, bebidas alcoólicas e cigarros serão sobretaxados pelo imposto do pecado.

Outra novidade à vista é o cashback - dinheiro que é devolvido à população mais vulnerável, cadastrada no CadÚnico. Os **impostos** devolvidos serão utilizados para o pagamento de serviços essenciais. A parcela da população de baixa renda terá o imposto de determinados produtos devolvidos, como no caso dos serviços de água, esgoto, energia elétrica, gás, internet e telefonia.

Embora a reforma busque maior justiça fiscal ao simplificar o sistema tributário e eliminar a tributação em cascata, a advogada tributarista Máisa Pio ainda vê questões pendentes. Ainda há riscos de desigualdade, especialmente para o setor de serviços, que pode enfrentar aumento da carga tributária. Pequenos negócios também podem ser prejudicados, pois para aqueles que decidirem pela manutenção do Simples Nacional, não poderão se credenciar do IBS e da CBS, o que pode gerar resultados competitivos frente às grandes empresas, acredita.

O novo modelo representa um avanço em um sistema mais transparente e eficiente, mas sua regulamentação e melhorias serão cruciais para evitar novos desequilíbrios e garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma justa entre todos os

setores da economia , acrescenta a tributarista.

Para o economista Benito Salomão, professor de macroeconomia do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, a reforma busca corrigir distorções. Há setores que hoje são beneficiados pelo modelo atual e acabam sendo subtributados, mas não dá para dizer que eles serão penalizados , analisou. Na verdade, eles passarão a operar sob as mesmas regras dos demais setores, promovendo maior equilíbrio no sistema , observa.

No setor produtivo, há também preocupações. A empresária e fundadora da Escreva, Hulda Rode, relata que o segmento de livros é isento. Mas isso não ocorre com a cadeia produtiva, o que inclui serviços gráficos e direitos autorais. Ela se diz apreensiva com a reforma. Lutamos diariamente para que o livro não se torne um artigo de luxo. Educação e cultura são setores primordiais para a economia , argumenta.

Confiante em uma boa relação com os novos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, o governo aposta no avanço de mais medidas benéficas para o contribuinte, como a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Esse é um dos itens aguardados para os próximos meses.

Em janeiro, quando sancionou parte da regulamentação da **reforma tributária**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou os benefícios a longo prazo para a economia. Vamos garantir que nosso país tenha um sistema tributário mais justo, moderno e transparente, onde quem ganha mais, paga mais, e quem ganha menos, paga menos. Poderemos corrigir distorções, garantir imposto zero para alimentos da cesta básica, cashback de imposto para 73 milhões de brasileiros e de brasileiras, medicamentos sem imposto, entre outras ações. , afirmou, nas redes sociais.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/02/70-56499-reforma-tributaria-esta-de-volta-aos-holofotes-no-congresso.html>

Semana do Congresso: Câmara indica projetos, e Senado deve avançar em comissões

Brasília|Lis Cappi e Rute Moraes, do R7, em Brasília

Sob novo comando, Câmara e Senado preparam uma semana sem discussões polêmicas e voltada para negociações entre líderes partidários. A previsão é de análise dos primeiros projetos entre deputados, enquanto o Senado deve avançar nos trabalhos de comissões.

Entre os destaques da Câmara, está na pauta da terça-feira (11) a votação do projeto para alterar trechos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). A proposta é apontada como uma forma de atualizar pontos jurídicos da legislação trabalhista e foi discutida por líderes partidários na última reunião.

Outro projeto previsto é um que altera a Lei Maria da Penha, incluindo na legislação que agressores podem ser punidos com detenção caso se aproximem da vítima, mesmo com o consentimento expresso dela. A posição valeria como um descumprimento de medida protetiva.

"Caso ocorra essa aproximação voluntária do agressor às áreas delimitadas por decisão judicial, ele poderá ser punido com detenção de três meses a dois anos", diz trecho do projeto.

A Câmara também deve votar uma proposta que garante matrículas de estudantes em escolas, sob penalidade de suspender a credencial de ambientes de ensino que se recusem a matricular alunos, como em caso de deficiência. Veja a lista de propostas previstas:

No Senado, as negociações avançaram, e a previsão é de que os colegiados sejam instalados a partir desta semana. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), principal comissão, ficará com o senador Otto Alencar (PSD-BA). O partido também poderá ficar com a Comissão de Relações Exteriores.

O parlamentar baiano já indicou que quer priorizar pautas econômicas e destacou o projeto complementar à **reforma tributária**. Alencar também pretende dar destaque à proposta que amplia a isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que

ganham até R\$ 5.000. O projeto está entre as prioridades do governo para o Congresso Nacional neste ano.

No caso do PL, o partido deve ficar com duas comissões: Segurança Pública, com a continuidade de Flávio Bolsonaro (RJ), e Infraestrutura, com Marcos Rogério (RO).

O PT deve ter as comissões de Educação e do Meio Ambiente, com Teresa Leitão (PE) e Fabiano Contarato (PE), respectivamente.

Em outras frentes, há expectativa de que Renan Calheiros (MDB-AL) fique com a Comissão de Assuntos Econômicos, e Marcelo Castro (MDB-PI), com a Comissão de Assuntos Sociais. O MDB também deve ficar com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, mas ainda não há uma definição de nome.

O Republicanos ficará com a Comissão de Direitos Humanos e prevê confirmar o nome da senadora Damares Alves (DF). Confira a provável formação das comissões do Senado:

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/semana-do-congresso-camara-indica-projetos-e-senado-deve-avancar-em-comissoes-10022025/>

Projeto de lei quer excluir EBS/CBS do cálculo do ICMS

Laura Ignacio De São Paulo

Um projeto de lei já pretende alterar a regulamentação da **reforma tributária** - Lei Complementar nº 214, de 2025. A ideia é deixar expresso na legislação que o Imposto e a Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS/CBS) não podem entrar na base de cálculo do IPI, ISS e ICMS, o que aumentaria a carga tributária.

A medida é importante para a fase de transição, que começa no ano que vem e vai até 2032. Isso porque, durante esse período, os contribuintes terão que conviver com antigos e novos **tributos** ao mesmo tempo.

Advogados apoiam o projeto porque, além de impedir a majoração da tributação, evitaria a judicialização e que o sistema tributário fique ainda mais complexo, em vez de simplificado - tal qual o espírito da reforma.

O autor da proposta é o deputado Gilson Marques (Novo-SC). Na justificativa, o parlamentar argumenta que o projeto é necessário para evitar insegurança jurídica. "A ausência de um regramento claro poderia gerar um elevado contencioso tributário, com grandes riscos de derrotas para a União, Estados, Distrito Federal e municípios", diz. "Essa situação remete ao precedente da chamada tese do século, que resultou em um passivo superior a R\$ 200 bilhões devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins", acrescenta.

A tese do século defendeu que o ICMS não deve ser incluído no cálculo do PIS e da Cofins. Isso porque o valor do imposto não corresponde ao faturamento do contribuinte. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de modo favorável às empresas, mas diversas "teses filhotes" nasceram desse entendimento. A decisão da Corte acabou por provocar uma enxurrada de ações judiciais sobre a inclusão de **tributos** na base de cálculo de outros **tributos**.

Essa situação é o que o projeto de lei quer evitar. "O PL busca satisfazer uma demanda dos contribuintes, que é não ter **tributos** sobre **tributos**, o que acaba trazendo mais complexidade ao sistema", afirma o advogado Maurício Barros, sócio do Cescon Barriou. Para o tributarista, a aprovação do projeto adequaria o sistema do ICMS, ISS e IPI ao "princípio da

simplicidade", que passou a estar inserido na Constituição Federal.

Por isso, diz ele, além de alterar a LC 214, o projeto de lei quer mudar também a Lei Kandir, que fala expressamente que todos os **tributos** sobre operação compõem a base de cálculo do ICMS.

O advogado Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, acredita que a proposta deve atrair a pressão dos contribuintes porque a questão "tributo sobre tributo" preocupa grande parte das empresas. Ele lembra que, na reta final da tramitação da **reforma tributária** (Emenda Constitucional nº 132, de 2023) foram alterados os textos dos artigos 156-A e 195, que diziam categoricamente que IBS e CBS não estariam na base dos demais **tributos** sobre consumo na fase de transição.

"PL busca satisfazer uma demandados contribuintes" Maurício Barros

"Provavelmente os entes federativos pressionaram, conseguiram tirar essa previsão da EC132 e os contribuintes ficaram sem essa proteção da Constituição Federal", afirma Vasconcelos. "União, Estados e municípios poderiam alegar que IPI, ISS e ICMS, respectivamente, incidem sobre o valor da nota", acrescenta.

De acordo com a EC 132, a base de cálculo do IBS/CBS será o valor da operação. "Ela exclui expressamente dessa base os próprios IBS e CBS, além do ISS, PIS e Cofins", diz a advogada Andréa Mascitto, sócia do Pinheiro Neto Advogados. "Agora, o PL complementa que IBS e CBS tampouco comporão a base do ICMS e do IPI, o que visa prevenir contencioso."

O advogado Madieus Bueno, sócio-fundador do Bueno Tax Lawyers, alerta que, embora o ICMS seja reduzido ano a ano, durante o período de transição, é o último a "morrer", em 2032. "Do jeito que está a LC 214, o ICMS não está na base do IBS/CBS, mas o IBS /CBS podem estar na base do ICMS", afirma. "Esse PL tenta ajustar essa situação, com um sistema mais simples, desde a transição. Ou, além de tudo, o ICMS pode ficar mais caro", acrescenta.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=2§ion=4)

Dívida pública segue tendência de alta e compromete contas de 2027 (RISCO FISCAL)

Rosana Hessel +

O ano de 2025 mal começou, mas a certeza entre analistas do mercado financeiro é que o quadro fiscal vai piorar até 2026, ano eleitoral em que, obviamente, nenhum governo quer cortar gastos para continuar no poder, e, por conta disso, qualquer ajuste fiscal proposto será paliativo. Com isso, o que mais tem gerado preocupação é a trajetória da dívida pública, que não para de crescer e está beirando o patamar insustentável de países emergentes, de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Apenas em 2024, conforme dados do Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu R\$ 905 bilhões, em termos nominais, somou R\$ 8,9 trilhões, o que resultou em uma taxa de 76,1% do **PIB**. Parece baixo, por seguir inferior ao pico alcançado na pandemia da covid19, em 2020, mas a taxa é resultado de uma metodologia recente do Banco Central, iniciada em 2008, e que contabiliza uma taxa menor para o indicador.

Pelo cálculo antigo - parecido com o do Fundo Monetário Internacional (FMI), porque inclui na conta os títulos do Tesouro Nacional na carteira do BC -, esse percentual ficou em 86,8% do **PIB** no fim do ano passado. Por esse prisma já é um dado preocupante por estar levemente acima da estimativa do FMI, de 87,5% do **PIB**, e, ainda supera as médias dos países emergentes e de nações latino-americanas, de 69,9% do **PIB** e de 69,4% do **PIB**, respectivamente. Vale lembrar que, há uma década, ou seja, antes de o governo mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e passar a poder entregar rombo fiscal, a dívida pública bruta era inferior a 60% do **PIB** nas duas metodologias.

De acordo com especialistas, olhar para a dívida pública bruta é o novo foco do mercado, porque o arcabouço fiscal criado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mal para em pé. A regra foi alterada já no primeiro ano de vigência, em abril de 2024, e, na avaliação dos analistas, está parecida com a **reforma tributária** do consumo: cheio de exceções que acabam anulando o impacto esperado nas contas públicas. Foi o que aconteceu no ano passado,

quando o governo central registrou um déficit primário de 0,36% do **PIB**, mas conseguiu cumprir a meta fiscal por conta dos descontos e o mesmo deve acontecer neste ano.

Leia também: Bioeconomia poderá ser um dos destaques na COP30 em Belém

A regra atual permite um déficit primário de até 0,25% do **PIB**. E, apesar de as contas do governo federal terem registrado um rombo de 0,36% do **PIB**, ou R\$ 43 bilhões - o que não deixa de ser uma boa redução em relação ao rombo de R\$ 228,5 bilhões de 2023, o equivalente a 2,09% do **PIB** - a meta foi cumprida graças aos descontos de algumas despesas, como como pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União) e de gastos emergenciais para o socorro de vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

E, neste ano, o consenso entre analistas é que o cumprimento da meta fiscal seguirá frágil e dependente de abatimentos, como ocorreu em 2024. Por isso, o dólar vem subindo fortemente desde o fim de novembro e analistas estimam que a divisa norte-americana siga no patamar de R\$ 6 até o próximo ano. Os economistas destacam ainda que o Banco Central não deve cumprir a meta de **inflação** neste ano e ele deixou isso bem claro na ata da primeira reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), ao elevar de 4,5% para 5,2% a projeção para o indicador oficial do custo de vida, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que exigirá juros mais altos por um período mais longo, impactando, obviamente, no custo da dívida pública.

De acordo com o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, há uma correlação mais clara de longo prazo que salta aos olhos na relação do câmbio e o fiscal, conforme a evolução do dólar desde o início do Plano Real. A história cambial brasileira desde 2011 tem sido de constante depreciação, com pequenos lapsos em 2016, decorrentes da aprovação da regra do teto e no pós-pandemia com um choque positivo de commodities e a geração de um superávit primário pequeno em 2022. Vale sempre lembrar que a má condução fiscal recente começou institucionalmente com a quebra da regra do teto no

governo Jair Bolsonaro (PL) , ressalta.

O especialista em contas públicas e economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, reforça as críticas e é categórico ao afirmar que o governo prometeu muito e entregou pouco em termos de ajuste fiscal. O chefe do Poder Executivo diz que não haverá mais medidas, porque não há necessidade, de modo que é natural depreender que o ministro da Fazenda não tem enforcement e nem poder político para implementar a agenda que entrega algum horizonte de solvência fiscal , ressalta.

A IFI revisou as projeções em dezembro e passou a trabalhar com taxa de juros real (descontada a **inflação**) média de 5% ao ano, aumento de 1,0 ponto percentual em relação às estimativas anteriores, do relatório de junho, de acordo com Andrade. No cenário base projetado pela entidade ligada ao Senado Federal, a dívida pública bruta deve ultrapassar 100% do **PIB** em 2030.

O ano de 2025 mal começou, mas a certeza entre analistas do mercado financeiro é que o quadro fiscal vai piorar até 2026, ano eleitoral em que, obviamente, nenhum governo quer cortar gastos para continuar no poder, e, por conta disso, qualquer ajuste fiscal proposto será paliativo. Com isso, o que mais tem gerado preocupação é a trajetória da dívida pública , que não para de crescer e está beirando o patamar insustentável de países emergentes, de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Apenas em 2024, conforme dados do Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu R\$ 905 bilhões, em termos nominais, somou R\$ 8,9 trilhões, o que resultou em uma taxa de 76,1% do **PIB**. Parece baixo, por seguir inferior ao pico alcançado na pandemia da covid19, em 2020, mas a taxa é resultado de uma metodologia recente do Banco Central, iniciada em 2008, e que contabiliza uma taxa menor para o indicador.

Pelo cálculo antigo - parecido com o do Fundo Monetário Internacional (FMI), porque inclui na conta os títulos do Tesouro Nacional na carteira do BC -, esse percentual ficou em 86,8% do **PIB** no fim do ano passado. Por esse prisma já é um dado preocupante por estar levemente acima da estimativa do FMI, de 87,5% do **PIB**, e, ainda supera as médias dos países emergentes e de nações latino-americanas, de 69,9% do **PIB** e de 69,4% do **PIB**, respectivamente. Vale lembrar que, há uma década, ou seja, antes de o governo mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e passar a poder entregar rombo fiscal, a dívida pública bruta era inferior a 60% do **PIB** nas duas metodologias.

De acordo com especialistas, olhar para a dívida pública bruta é o novo foco do mercado, porque o arcabouço fiscal criado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mal para em pé. A regra foi alterada já no primeiro ano de vigência, em abril de 2024, e, na avaliação dos analistas, está parecida com a **reforma tributária** do consumo: cheio de exceções que acabam anulando o impacto esperado nas contas públicas. Foi o que aconteceu no ano passado, quando o governo central registrou um déficit primário de 0,36% do **PIB**, mas conseguiu cumprir a meta fiscal por conta dos descontos e o mesmo deve acontecer neste ano.

Leia também: Bioeconomia poderá ser um dos destaques na COP30 em Belém

A regra atual permite um déficit primário de até 0,25% do **PIB**. E, apesar de as contas do governo federal terem registrado um rombo de 0,36% do **PIB**, ou R\$ 43 bilhões - o que não deixa de ser uma boa redução em relação ao rombo de R\$ 228,5 bilhões de 2023, o equivalente a 2,09% do **PIB** - a meta foi cumprida graças aos descontos de algumas despesas, como como pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União) e de gastos emergenciais para o socorro de vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

E, neste ano, o consenso entre analistas é que o cumprimento da meta fiscal seguirá frágil e dependente de abatimentos, como ocorreu em 2024. Por isso, o dólar vem subindo fortemente desde o fim de novembro e analistas estimam que a divisa norte-americana siga no patamar de R\$ 6 até o próximo ano. Os economistas destacam ainda que o Banco Central não deve cumprir a meta de **inflação** neste ano e ele deixou isso bem claro na ata da primeira reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), ao elevar de 4,5% para 5,2% a projeção para o indicador oficial do custo de vida, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que exigirá juros mais altos por um período mais longo, impactando, obviamente, no custo da dívida pública.

De acordo com o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, há uma correlação mais clara de longo prazo que salta aos olhos na relação do câmbio e o fiscal, conforme a evolução do dólar desde o início do Plano Real. A história cambial brasileira desde 2011 tem sido de constante depreciação, com pequenos lapsos em 2016, decorrentes da aprovação da regra do teto e no pós-pandemia com um choque positivo de commodities e a geração de um superávit primário pequeno em 2022. Vale sempre lembrar que a má condução fiscal recente começou institucionalmente com a quebra da regra do teto no governo Jair Bolsonaro (PL) , ressalta.

O especialista em contas públicas e economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, reforça as críticas e é categórico ao afirmar que o governo prometeu muito e entregou pouco em termos de ajuste fiscal. O chefe do Poder Executivo diz que não haverá mais medidas, porque não há necessidade, de modo que é natural depreender que o ministro da Fazenda não tem enforcement e nem poder político para implementar a agenda que entrega algum horizonte de solvência fiscal, ressalta.

A IFI revisou as projeções em dezembro e passou a trabalhar com taxa de juros real (descontada a **inflação**) média de 5% ao ano, aumento de 1,0 ponto percentual em relação às estimativas anteriores, do relatório de junho, de acordo com Andrade. No cenário base projetado pela entidade ligada ao Senado Federal, a dívida pública bruta deve ultrapassar 100% do **PIB** em 2030.

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2025/02/7056588-divida-publica-segue-tendencia-de-alta-e-compromete-contas-de-2027.html>

Fim do carro para PCD? O que mudou nas regras com a Reforma Tributária

Paula Gama

A **Reforma Tributária** traz uma grande mudança para pessoas com deficiência (PCD) que desejam comprar um carro com isenção de **impostos**. Após a aplicação das novas regras, apenas veículos adaptados terão direito ao benefício, excluindo aqueles que possuem apenas câmbio automático e direção assistida.

Isso significa que a maioria dos motoristas PCD perderá o direito à isenção, já que grande parte não necessita de adaptações estruturais para dirigir. Segundo Abrão Dib, presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência, 95% das pessoas com deficiência vão perder a isenção na compra de veículos novos.

"A pessoa que tem uma amputação de perna esquerda compra um carro com câmbio automático e sai dirigindo normalmente. Agora, ela não terá mais direito à isenção. Já o amputado da perna direita, que precisa transferir o acelerador e o freio para o volante, terá. Isso é injusto", argumenta Dib.

Com a nova regra, as versões específicas de veículos para PCD, criadas por montadoras e locadoras, devem desaparecer. Antes, muitas marcas ofereciam carros automáticos mais acessíveis para esse público, mas agora o benefício será restrito a quem realmente precisa de adaptações exclusivas, como comandos manuais ou acelerador à esquerda.

Segundo Carlos Zocatelli, consultor jurídico especializado na documentação para aquisição de veículos com isenção, essa mudança representa um retrocesso significativo para os direitos da pessoa com deficiência.

"Se o carro não tiver um acelerador à esquerda, um pomo no volante ou um sistema de aceleração e frenagem manual, a pessoa PCD não terá direito à isenção. Isso vai eliminar a possibilidade de muitas pessoas conseguirem comprar um carro com desconto", explica o especialista.

Essa não é a primeira vez que uma mudança como essa é tentada. Em 2021, o então governador de São Paulo, João Doria, tentou restringir a isenção do IPVA apenas para veículos adaptados, mas a medida enfrentou problemas jurídicos. Agora, a nova

legislação da **Reforma Tributária** tem validade nacional, afetando todos os estados.

O Senado Federal aprovou a proposta de **reforma tributária**, que unifica cinco **tributos** - ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins - em dois novos **impostos**:

Com isso, as PCDs terão um novo teto de R\$ 200 mil para isenção parcial na compra de veículos zero quilômetro. Contudo, a isenção total será limitada a R\$ 70 mil, abrangendo integralmente os **impostos** CBS e IBS. Para veículos com valor entre R\$ 70 mil e R\$ 200 mil, os **tributos** serão aplicados proporcionalmente sobre a diferença.

"Hoje, não existe nenhum carro por R\$ 70 mil no mercado. Esse valor é irreal, e na prática, o benefício se torna quase inexistente", critica Abrão Dib.

A principal motivação, segundo especialistas, é arrecadatária. O governo alega que houve um crescimento no número de pedidos de isenção, o que aumentou o impacto fiscal. Além disso, há a justificativa de que algumas pessoas estavam obtendo o benefício indevidamente, mesmo sem a real necessidade de um carro adaptado.

Porém, a decisão prejudica milhares de PCDs que realmente precisam do benefício, mas não necessitam de adaptações estruturais para dirigir.

Hoje, cerca de 80% das pessoas que têm direito à isenção não necessitam de adaptações externas no veículo. Esse grupo inclui, por exemplo, pessoas com hérnia de disco, artrose, esclerose múltipla e outras condições que causam dor e dificultam o uso de carros manuais, mas que conseguem dirigir um automático sem precisar de equipamentos adicionais.

"A maioria dos PCDs tem dificuldades para dirigir um carro com embreagem, mas não precisam de uma adaptação física no veículo. Agora, eles vão perder o benefício", explica Zocatelli.

Com a nova regra, só terão direito à isenção aqueles que possuírem um laudo médico detalhado comprovando a necessidade de adaptação específica no carro.

A mudança ainda pode ser contestada na Justiça por

associações que defendem os direitos das pessoas com deficiência. No entanto, enquanto isso não acontece, os novos critérios já estão valendo e devem impactar milhares de brasileiros.

Site: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2025/02/10/fim-do-carro-pcd-apos-reforma-tributaria-so-veiculo-adaptado-tera-isencao.htm>

Trump promete anunciar hoje tarifas sobre aço e alumínio

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que anunciará hoje tarifas de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio. No domingo, falando com repórteres no avião presidencial Air Force One, Trump disse que as tarifas serão aplicadas às importações de metais de todos os países, sem especificar quando entrariam em vigor.

Se confirmadas as tarifas, o Brasil será afetado, uma vez que 48% das exportações de aço brasileiras têm os Estados Unidos como destino, informou a agência Associated Press. No caso do alumínio, esse percentual é de 16%. Um total aproximado de US\$ 6,5 bilhões em vendas desses materiais aos americanos seria impactado com as novas taxações, de acordo com a AP.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) informou que não se pronunciaria no domingo sobre a decisão de Trump. O tema é debatido internamente pelo governo. As discussões envolvem, além do MDIC, o Palácio do Planalto, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura.

A sobretaxa nas vendas de aço

e alumínio do Brasil para os Estados Unidos ocorreu também na passagem anterior de Donald Trump pela Casa Branca. Naquela ocasião, o próprio setor privado americano pressionou pela flexibilização da medida, uma vez que utiliza o aço brasileiro em sua produção.

Trump também disse que anunciaria nesta semana tarifas recíprocas sobre países que tributam importações dos EUA. Essas tarifas não entrarão em vigor no mesmo dia do anúncio, que pode ser terça-feira ou quarta-feira, mas logo depois, afirmou Trump. As medidas são as mais recentes de uma série de tarifas anunciadas pelo presidente americano sobre países e setores específicos.

Novas tarifas sobre o aço podem repercutir nas empresas de energia dos EUA, de desenvolvedores eólicos a perfuradoras de petróleo que dependem de componentes especiais não feitos nos

"É muito simples: se eles nos cobram, nós cobramos deles" Donald Trump

Estados Unidos. Algumas empresas de petróleo ganharam exclusões de tarifas sobre o metal durante o primeiro mandato de Trump. Muitos compradores e vendedores de aço e alumínio esperavam que teriam pelo menos até março para se preparar para qualquer implementação de tarifa. Trump atrasou para março as tarifas planejadas para 1º de fevereiro, quando o México e o Canadá ofereceram propostas modestas para aumentar a segurança nas fronteiras.

Não ficou imediatamente claro se as tarifas ainda se aplicariam ao México e ao Canadá. As duas nações são fornecedoras significativas de metais para os EUA. A escala das ambições tarifárias gerais de Trump também permanece incerta.

Trump também afirmou que imporá tarifas sobre vários outros produtos importados, incluindo farmacêuticos, petróleo e semicondutores, e disse que está considerando taxas de importação à União Européia. Na semana passada, ele impôs uma tarifa de 10% sobre produtos chineses. Pequim também anunciou medidas retaliatórias programadas para entrarem em vigor no fim deste mês (mais informações abaixo).

Isso marcou uma abordagem

mais cautelosa da China do que no primeiro mandato de Trump, quando as duas maiores economias do mundo negociaram taxas comerciais de retaliação por anos.

Os novos **impostos** sobre aço e alumínio propostos por Trump podem novamente abalar os mercados financeiros globais, que sofreram mudanças bruscas nas últimas semanas, quando o presidente dos EUA ameaçou os parceiros comerciais do país com tarifas adicionais.

Embora as tarifas sobre importações de metais sejam geralmente defendidas por alguns sindicatos importantes nos EUA e por alguns produtores nacionais de aço e alumínio, elas correm o risco de aumentar os custos de insumos para uma ampla gama de fabricantes americanos. Em 2023, os EUA importaram US\$ 50,5 bilhões em aço e US\$ 27,4 bilhões em alumínio, enquanto exportaram US\$ 22,8 bilhões em aço e US\$ 14,3 bilhões em alumínio.

O presidente americano não disse exatamente como pretendia aplicar as tarifas recíprocas que prometeu anunciar nos próximos dias. "É muito simples: se eles nos cobram, nós cobramos deles", afirmou. (Com agências internacionais e equipe da sucursal de Brasília)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=1§ion=1)**

Governo quer evitar firme contenção orçamentária

Será mais difícil cumprir a meta fiscal de cléficit primário zero este ano. A economia está em desaceleração, o que deve reduzir as receitas, e o governo enfrenta uma razoável oposição do Congresso para aumentar a arrecadação e com isso, elevar gastos. O Orçamento de 2025 não foi votado e, ao que tudo indica, só deverá sê-lo em março. A equipe econômica mantém o mantra do ajuste fiscal, enquanto procura encontrar formas de driblar um contingenciamento e bloqueios cie verbas que elevem ser elevados, para garantir a meta, e evitar o obstáculo principal, a ojeriza do presidente a restrições de gastos. A Junta Orçamentária tem se reunido com esta missão (Valor, 7 de fevereiro), mas as medidas que estão desenterrando do pacote de novembro, embora corretas, não têm vitalidade arrecadatória imediata: um freio nos supersalários e mudanças nas regras de aposentadoria dos militares.

Essas propostas constam das 25 prioridades do governo apresentadas pelo ministro Fernando Haddad ao Congresso. Boa parte delas envolve regulações de setores da economia e finanças, modernizando-as. São relevantes, mas não dizem respeito imediato à arrecadação, da qual o governo dependerá para cumprir os resultados fiscais que se autoimpôs. Há pedras de todos os tamanhos no caminho.

Segundo previsões de consultorias e analistas privados, no boletim Focus, o governo terminará o ano com um cléficit de 0,6% do **PIB** (cerca de R\$ 70 bilhões). O Orçamento de 2025 busca um superávit de R\$ 3,7 bilhões, mas o número é mais para constar porque é até possível que o governo repita o comportamento de buscar o piso da meta, de 0,25% do **PIB** de déficit (R\$ 33 bilhões). Além clisso, todos os parâmetros orçamentários estão defasados. Eles preveem crescimento da economia de 2,64%, acima do 1,72% do Focus. OIPCA é estimado em 3,3%, o que nem o mais otimista dos membros do Banco Central acredita ser possível. A Selic acumulada com a qual o orçamento trabalha é de 9,61%, abaixo da atual em um momento em que os juros estão subindo, sem sinal de inversão de rota.

Avaliação técnica feita pela Comissão de Orçamento da Câmara apontou que será necessário um ajuste cie R\$ 22,8 bilhões em receitas adicionais para cobrir despesas várias. O salário mínimo subiu de R\$ 1.509 para R\$ 1.518, com o avanço da **inflação** e aumento

de 2,5%, com um impacto de R\$ 32,8 bilhões. O ajuste da **inflação** pelo resultado efetivo, e não o correspondente aos 12 meses terminados em julho, para efeitos de confecção cio Orçamento, permitirá ao governo

elevar despesas em R\$ 12,4 bilhões. O pacote fiscal de 2024 eleve trazer mais R\$ 10,4 bilhões, enquanto as despesas com o Vale-Gás e o programa Pé de Meia consumirão R\$ 12,8 bilhões, para os quais não houve recursos alocados.

O Congresso, já com um pé atrás sobre aumento cie **impostos**, não votou o aumento da Contribuição Social e a mudança nos critérios dos juros sobre capital próprio, com os quais a União estimava arrecadar R\$ 18 bilhões. Para fechar sem cléficit primário, o governo conta com R\$ 166 bilhões em receitas extras. O limite de despesas do orçamento, pelas regras do regime fiscal, avançou para R\$ 143,9 bilhões, mas R\$ 132,2 bilhões estão comprometidos com gastos obrigatórios.

Há também o sempre presente problema da superestimação de receitas e subestimação de despesas. Em sua primeira avaliação do Orçamento, a Instituição Fiscal Independente do Senado calculou que as receitas estavam inchadas em R\$ 87,4 bilhões e os gastos emagrecidos em R\$29,2 bilhões. As despesas com a Previdência, as mais vultosas das primárias, deveriam ser R\$ 27 bilhões maiores. No ano passado, os gastos previdenciários foram projetados com R\$ 30 bilhões a menos e a execução orçamentária confirmou as indicações dos analistas sobre isso. Garantidas mesmos estão as emendas parlamentares, que somarão pouco mais de R\$ 50 bilhões, e as renúncias tributárias, com as quais a União abrirá mão cie receitas de R\$ 543,6, bilhões, correspondentes a 4,4% do **PIB** e 19,7% da arrecadação total.

O regime fiscal precisaria de uma correção forte de rumos, que o presidente Lula se recusa a fazer. O cumprimento da meta, com as exceções existentes, não permite que o endividamento público sequer caminhe para a estabilização. Essa deterioração levará a conta de juros a ultrapassar R\$ 1 trilhão este ano.

O principal fato do ano fiscal não deve ser, no entanto,

a execução orçamentária. Em modo eleitoral, o governo vai mandar ao Congresso a isenção do imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, na esperança de que consiga taxar os mais ricos, algo duvidoso diante da baixa disposição de um Congresso onde é francamente minoritário e conta com uma base partidária infiel.

O presidente Lula quer eliminar receitas seguras, de algumas dezenas de bilhões de reais, e evita cortar gastos. A única maneira de a equipe econômica contornar parcialmente o percurso ruim das contas públicas é buscar um superávit fiscal no ano desde o início, mesmo que modesto, com os contingenciamentos e bloqueios que se fizerem necessários. Com isso a inflação e os juros poderão decelerar.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=1§ion=1)**

Dívida pública segue tendência de alta

ROSANA HESSEL

O ano de 2025 mal começou, mas a certeza entre analistas do mercado financeiro é de que o quadro fiscal vai piorar até 2026, ano eleitoral em que, obviamente, nenhum governo quer cortar gastos para continuar no poder, e, por conta disso, qualquer ajuste fiscal proposto será paliativo. Com isso, o que mais tem gerado preocupação é a trajetória da dívida pública, que não para de crescer e está beirando o patamar insustentável de países emergentes, de 80% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Apenas em 2024, conforme dados do Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu R\$ 905 bilhões, em termos nominais, somou R\$ 8,9 trilhões, o que resultou em uma taxa de 76,1% do **PIB**. Parece baixo, por seguir inferior ao pico alcançado na pandemia da covid19, em 2020, mas a taxa é resultado de uma metodologia recente do Banco Central, iniciada em 2008, e que contabiliza uma taxa menor para o indicador.

Pelo cálculo antigo - parecido com o do Fundo Monetário Internacional (FMI), porque inclui na conta os títulos do Tesouro Nacional na carteira do BC -, esse percentual ficou em 86,8% do **PIB** no fim do ano passado.

Por esse prisma, já é um dado preocupante por estar levemente acima da estimativa do FMI, de 87,5% do **PIB**, e, ainda supera as médias dos países emergentes e de nações latino-americanas, de 69,9% do **PIB** e de 69,4% do **PIB**, respectivamente.

Vale lembrar que, há uma década, ou seja, antes de o governo mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e passar a poder entregar rombo fiscal, a dívida pública bruta era inferior a 60% do **PIB** nas duas metodologias.

De acordo com especialistas, olhar para a dívida pública bruta é o novo foco do mercado, porque o arcabouço fiscal criado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mal para em pé. A regra foi alterada já no primeiro ano de vigência, em abril de 2024, e, na avaliação dos analistas, está parecida com a **reforma tributária** do consumo: cheio de exceções que acabam anulando o impacto esperado nas contas públicas. Foi o que aconteceu no ano passado, quando o governo central registrou um deficit primário de 0,36% do **PIB**, mas conseguiu cumprir a meta fiscal por conta dos descontos e o mesmo deve acontecer

neste ano.

A regra atual permite um deficit primário de até 0,25% do **PIB**. E, apesar de as contas do governo federal terem registrado um rombo de 0,36% do **PIB**, ou R\$ 43 bilhões - o que não deixa de ser uma boa redução em relação ao rombo de R\$ 228,5 bilhões de 2023, o equivalente a 2,09% do **PIB** - a meta foi cumprida graças aos descontos de algumas despesas, como como pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União) e de gastos emergenciais para o socorro de vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

E, neste ano, o consenso entre analistas é que o cumprimento da meta fiscal seguirá frágil e dependente de abatimentos, como ocorreu em 2024. Por isso, o dólar vem subindo fortemente desde o fim de novembro e analistas estimam que a divisa norte-americana siga no patamar de R\$ 6 até o próximo ano. Os economistas destacam ainda que o Banco Central não deve cumprir a meta de **inflação** neste ano e ele deixou isso bem claro na ata da primeira reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), ao elevar de 4,5% para 5,2% a projeção para o indicador oficial do custo de vida, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que exigirá juros mais altos por um período mais longo, impactando, obviamente, no custo da dívida pública.

De acordo com o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, há uma correlação mais clara de longo prazo que salta aos olhos na relação do câmbio e o fiscal, conforme a evolução do dólar desde o início do Plano Real. "A história cambial brasileira desde 2011 tem sido de constante depreciação, com pequenos lapsos em 2016, decorrentes da aprovação da regra do teto e no pós-pandemia com um choque positivo de commodities e a geração de um superavit primário pequeno em 2022. Vale sempre lembrar que a má condução fiscal recente começou institucionalmente com a quebra da regra do teto no governo Jair Bolsonaro (PL)", ressalta.

O especialista em contas públicas e economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, reforça as críticas e é categórico ao afirmar que o governo prometeu muito e entregou pouco em termos de ajuste fiscal. "O chefe do Poder Executivo diz que não haverá mais medidas, porque não há necessidade, de modo que é natural depreender que o ministro da Fazenda não tem enforcement e nem poder político para implementar a agenda que entrega algum horizonte de solvência fiscal", ressalta.

A IFI revisou as projeções em dezembro e passou a trabalhar com taxa de juros real (descontada a **inflação**) média de 5% ao ano, aumento de 1,0 ponto percentual em relação às estimativas anteriores, do relatório de junho, de acordo com Andrade. No cenário base projetado pela entidade ligada ao Senado Federal, a dívida pública bruta deve ultrapassar 100% do **PIB** em 2030.

Site:

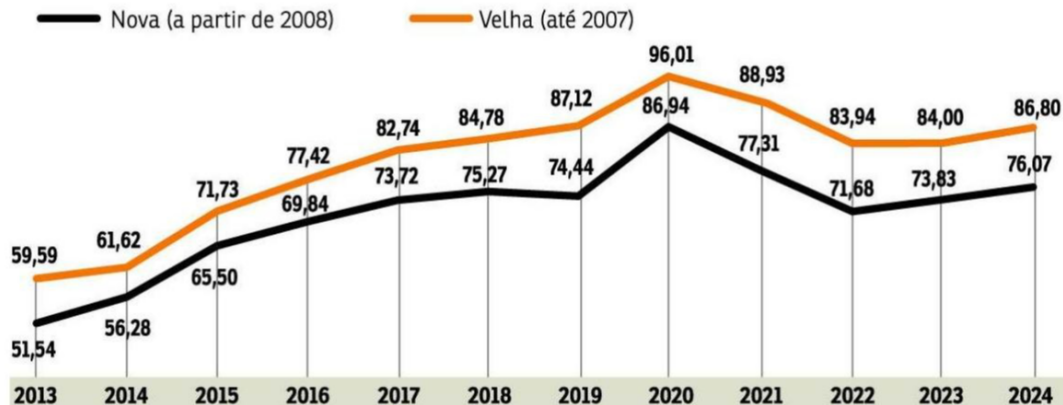
<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6969/10-02-2025.html?all=1>

Fator de risco

Como o governo tem usado artifícios para cumprir a meta fiscal, prevista no novo arcabouço, analistas alertam que, agora, a dívida pública bruta é o indicador principal e o mais preocupante

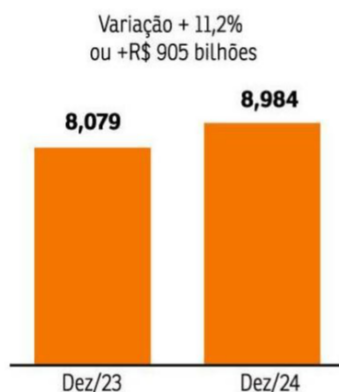
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

Dados em dezembro das duas metodologias do BC — Em % do PIB



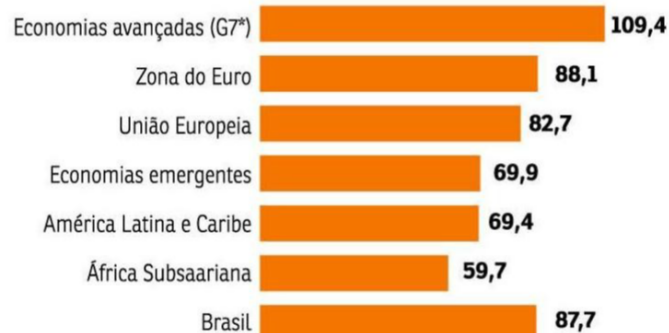
EVOLUÇÃO DO TOTAL DA DBGG

Em valores nominais — Em R\$ trilhões



COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES

Dívida pública bruta - projeções do FMI para 2024 — Em % do PIB

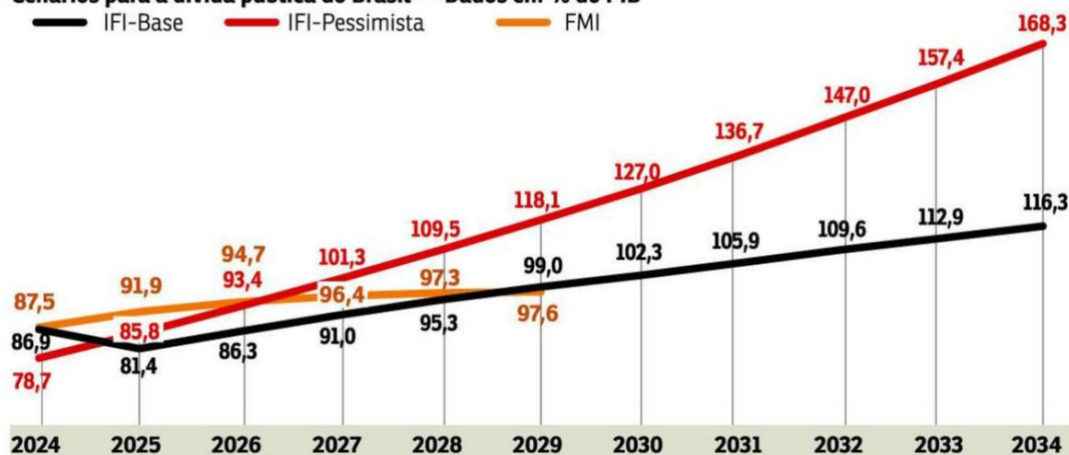


*Engloba as sete economias mais industrializadas do planeta: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá e Itália

ESTIMATIVAS FUTURAS

Pelas projeções da IFI, mesmo no cenário base, dívida pública bruta ultrapassa 100% do PIB em 2030, e, no pessimista, que considera a Selic no fim do ano em 15,25%, isso ocorre em 2027

Cenários para a dívida pública do Brasil — Dados em % do PIB



Obs.: As projeções do FMI terminam em 2029
Fontes: Banco Central, IFI e FMI

Pacote fiscal fraco cria riscos para as contas de 2027

Analistas destacam que o pacote fiscal do governo, que foi aprovado pelo Congresso no fim de 2024 e previa cerca de R\$ 70 bilhões em cortes de gastos, pouco pode contribuir para a melhora do quadro fiscal, pois o impacto será menor do que o inicialmente previsto pelo governo, com estimativas variando entre R\$ 35 bilhões e R\$ 60 bilhões.

"O pacote aprovado no ano passado é insuficiente para fazer o governo cumprir a meta de 2025 ou ficaria bem no limite. Em geral, nos nossos cenários de médio e longo prazos, até 2026, o arcabouço fiscal se sustenta, mas o problema vai surgir a partir de 2027, porque as despesas discricionárias (não obrigatórias) estarão mais comprimidas mesmos com os abatimentos", alerta Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

A lista de 25 medidas prioritárias entregue por Haddad ao Congresso também frustrou, pois não prevê corte de despesas, de acordo com os analistas.

O que tem ajudado, em parte, é o atraso na votação do Orçamento deste ano, pois isso limita o governo a gastar apenas 1/12 avos do previsto, até que a Lei Orçamentária Anual seja aprovada.

Contudo, há problemas nas projeções, especialmente as receitas, que estão superdimensionadas em aproximadamente R\$ 22 bilhões, segundo Andrade, da IFI.

Ele conta que, apenas quando a peça orçamentária for aprovada pelo Legislativo é que será possível recalcular todas as projeções.

Diante desse quadro de deterioração fiscal e aumento da dívida pública bruta, o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, ressalta que, independente da metodologia do cálculo, a deterioração fiscal é evidente. "Não está errado usar uma ou outra. Mas o fato é que a dívida vai continuar subindo e, como o governo dá sinais de que não vai fazer nada muito agressivo em cortes de gastos, volta a ideia de que apenas em 2027 poderíamos ter uma mudança mais efetiva novamente", alerta ele, lembrando que 2026, vai ser um ano bastante turbulento, "tanto para juros quanto para câmbio".

Sergio Vale ainda admite que o risco de recessão no

segundo semestre de 2025 aumentou, especialmente pelo início de uma desaceleração que está em curso ou uma recessão técnica (quando há Produto Interno Bruto (**PIB**) negativo por dois trimestres seguidos).

"Ainda está muito cedo, mas a probabilidade de duas quedas consecutivas no **PIB** trimestral no segundo semestre, hoje, está acima de 50%. A dúvida é se essa desaceleração será suficiente para jogar a **inflação** para a meta", afirma. Pelas projeções dele, haverá um cenário de estagnação leve, com recessão e baixo crescimento em 2026, com a **inflação** se mantendo no teto da meta, de 4,5%, devido à pressão cambial que deve persistir até o próximo ano. "A polarização que parece que se manterá em 2026 tende a manter os riscos na economia e será difícil ver um cenário de **inflação** moderada. Por isso, a taxa básica da economia (Selic) deve começar a ceder ainda esse ano, mas ficar em patamar elevado ainda em 2026, na casa de 14% ao ano", acrescenta.

Alexandre Espirito Santo, economista-chefe da Way Investimentos, também reforça que, independente da metodologia de cálculo da dívida pública bruta, a trajetória não é boa e tem grandes chances de chegar logo a 100% do **PIB**. "Não é querendo ser chato, porque o governo vem registrando deficit primário desde 2015 e, na hora em que o ministro Haddad fala que, se não fosse o Perse (programa de socorro ao setor de eventos) e as enchentes no Rio Grande do Sul, o governo teria registrado superavit primário em 2024. Agentes racionais vão continuar exigindo prêmio de risco cada vez maior, ou seja, mais juro, porque o governo está caminhando para uma dinâmica ruim para o pagamento da dívida", diz. "Está na hora de fazer um ajuste mais duro e novas reformas, porque o mercado vai olhar e, como em 2026 será um ano eleitoral, não há perspectiva de desaceleração no segundo semestre, mas uma queda pronunciada do **PIB** não vai acontecer",- complementa. (RH)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6969/10-02-2025.html?all=1>

Crescimento e desafios em 2025

DANANDRA ROCHA

O mercado de franquias no Brasil segue em ritmo de expansão, consolidando-se como um dos setores mais promissores para o empreendedorismo.

Em 2024, o faturamento do setor cresceu 13,5%, ultrapassando os R\$ 273 bilhões, um avanço significativo em relação à projeção inicial de 10%. O número de unidades franqueadas também teve um leve crescimento de 0,9%, totalizando 197.709 operações em todo o país, com uma rede estável de 3.300 marcas.

Com cerca de 1,7 milhão de trabalhadores diretos e uma média de nove empregos gerados por operação, de acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF), que se firma como um pilar importante da economia brasileira, representando aproximadamente 2,5% do **PIB**.

As projeções para 2025 indicam um crescimento contínuo, com expectativa de aumento de 8% a 10% no faturamento, além de uma expansão de 2% no número de operações, redes e empregos.

Apesar dos desafios, especialistas também apontam oportunidades estratégicas para a expansão do franchising no Brasil. Para Tatiana Dratovsky Sister, sócia da área de Contratos Comerciais e Franquias do BMA Advogados, "a interiorização das franquias é um caminho promissor, pois há estudos que mostram que regiões fora dos grandes centros urbanos apresentam grande potencial de crescimento. Além disso, o mercado digital tem se mostrado uma ferramenta essencial, ampliando os modelos de negócios franqueados, especialmente no e-commerce e no delivery. Outra tendência relevante é o crescimento das franquias de baixo investimento, que oferecem uma alternativa viável para pequenos investidores e empreendedores individuais em tempos de incerteza econômica." A Prudential, por exemplo, destaca-se entre as principais micro franquias do país, contando com mais de 2 mil corretoras franqueadas e 39 pontos de apoio em 14 estados. No entanto, apesar do cenário promissor, o setor enfrenta desafios que podem comprometer seu pleno desenvolvimento. Além da insegurança jurídica, outros fatores estruturais também dificultam a expansão do franchising no Brasil.

Segundo Dratovsky, "a economia brasileira ainda é vulnerável a crises fiscais e de instabilidade cambial, o que pode afetar a confiança dos investidores e a

capacidade de consumo das famílias, impactando, portanto, o desempenho das franquias" "Na CLT, lá no artigo 9, tem uma previsão que diz que são nulos de pleno direito os atos que visem fraudar direitos trabalhistas.

Isso leva a um princípio que rege o direito do trabalho, que é o princípio da primazia da realidade sobre a forma. Ou seja, sempre que houver uma discrepância entre a realidade fática e os documentos, a Justiça do Trabalho deverá privilegiar a realidade.", explica Alessandra Barichello Boskovic, mestre e doutora em direito.

Segurança jurídica A legislação vigente deixa explícito que o contrato de franquia não configura vínculo empregatício, garantindo autonomia ao franqueado na gestão do seu negócio, ao mesmo tempo em que ele recebe suporte de uma marca consolidada. No entanto, setores da Justiça do Trabalho continuam desconsiderando esse marco legal, resultando em um aumento expressivo da litigância.

"A ABF tem como um de seus pilares a disseminação das boas práticas jurídicas dentre os seus associados, franqueadores e franqueados, para que a Lei de Franquias seja cumprida. A ABF busca sempre prover todos os setores, inclusive, o poder público, de informações a respeito das características do franchising e funcionamento do setor.", explica Maurício Gianatácio Borges da Costa, especialista em direito empresarial pela Faculdade Getúlio Vargas - GVLAW, e portavoz da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Segundo Alessandra Barichello, os franqueados, diferentemente dos empregados comuns, possuem um perfil que os coloca em uma categoria distinta no mercado de trabalho, ou seja, muitos franqueados se enquadram no conceito de "trabalhadores hiperssuficientes", previsto na reforma trabalhista de 2017.

Esse grupo é composto por profissionais com alto nível de remuneração e maior autonomia para negociar suas condições de trabalho, o que os diferencia dos trabalhadores hipossuficientes, tradicionalmente protegidos pela CLT.

Apenas nos primeiros nove meses de 2024, mais de 4.440 Reclamações Constitucionais (RCLs) foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas a essa questão. O ministro Gilmar

Mendes criticou a "renitência da Justiça do Trabalho" em cumprir os precedentes do STF, que já se manifestou diversas vezes a favor da validade dos contratos de franquia.

A questão central gira em torno da competência para julgar esses casos. Como se trata de uma relação comercial entre empresas, especialistas defendem que os processos sobre vínculo trabalhista em contratos de franquia deveriam ser julgados pela Justiça comum, e não pela Justiça do Trabalho.

Papel do STF A decisão definitiva sobre essa questão pode ocorrer em 2025, com o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.149, proposta pelo Partido Novo. A medida busca garantir que a análise de pedidos de vínculo empregatício em contratos de franquia seja feita pela Justiça comum, trazendo previsibilidade e segurança jurídica ao setor.

O caso é comparado à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 48, que pacificou a questão do vínculo entre transportadores autônomos e empresas de transporte.

Para fomentar discussões e criar sinergias entre os setores de seguros e franquias, o Correio promoverá, no dia 13 de fevereiro, o evento "Alavancas de Crescimento Econômico: Perspectivas e Diálogo". O encontro reunirá autoridades, líderes do mercado, especialistas e reguladores para debater os desafios e oportunidades do setor, com foco em estratégias colaborativas que impulsionam o crescimento, a inovação e a segurança jurídica.

A iniciativa busca consolidar um ambiente de negócios mais previsível e atrativo para investimentos, garantindo que o franchising continue a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento econômico do país.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/69/10-02-2025.html?all=1>

Para onde parlamentares mandaram R\$ 45 bilhões em emendas em 2024

ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA

Ao longo do ano passado, o Congresso Nacional destinou R\$ 44,9 bilhões em emendas parlamentares. Foi o maior valor nominal da história da Nova República. A soma vultosa deu mais poder aos congressistas na relação com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), contribuiu para uma vitória expressiva dos partidos do Centrão nas eleições municipais de 2024 e acabou atraindo o olhar do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Corte cobra, desde agosto do ano passado, medidas de transparência para dar fim a práticas que embasam o chamado orçamento secreto - mecanismo iniciado no governo de Jair Bolsonaro (PL) e mantido no terceiro mandato de Lula -, exigindo a divulgação de informações sobre os repasses de recursos federais por indicação de parlamentares, incluindo os "padrinhos" das transferências de dinheiro.

Em 2025, o valor das emendas parlamentares deve ser maior: R\$ 50,5 bilhões para deputados e senadores - o montante exato só será conhecido quando o Orçamento deste ano for aprovado pelo Congresso, o que deve ocorrer somente depois do carnaval, se houver um acordo sobre o desbloqueio das emendas.

No ano passado, o ministro Flávio Dino, do Supremo, suspendeu o pagamento das emendas de comissão e determinou à Polícia Federal que abrisse um inquérito para apurar eventuais ilegalidades na destinação de R\$ 4,2 bilhões.

As emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados pelos congressistas a seus redutos eleitorais. Atualmente, há, no Supremo, pelo menos 15 investigações concluídas pela PF sobre desvios envolvendo a distribuição de valores.

1 2024 foi o ano com mais emendas?

O montante destinado às emendas parlamentares cresce de forma quase contínua desde 2015, ainda no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), quando o Congresso aprovou a emenda constitucional do chamado orçamento impositivo. Em 2024, o valor nominal (isto é, sem correção pela **inflação**) foi o

maior da história, com quase R\$ 45 bilhões empenhados.

Quando os anos anteriores são corrigidos pela **inflação**, o título vai para 2020, com pouco mais de R\$ 45,5 bilhões

2 Quais áreas receberam mais?

A área da saúde é a que mais recebeu recursos, com R\$ 24,7 bilhões (em seguida vêm as emendas Pix e ações de urbanismo). O saneamento foi a área menos atendida, com meros R\$ 400 mil. Há uma razão para isto: ao tornar obrigatório o pagamento das emendas individuais, ainda em 2015, o orçamento impositivo determinou que metade do valor precisa ir para a saúde

3 Os tipos de emendas mais comuns

A área da saúde pode receber recursos de custeio (ou seja, para manter as atividades do dia a dia) por meio de ações orçamentárias que dispensam a apresentação de projetos ou a celebração de convênios. Os recursos são liberados rapidamente, dentro de poucos dias, ao contrário do que ocorre com outras rubricas. Estas duas ações de custeio da saúde e as transferências especiais (as emendas Pix) são as que mais recebem recursos

4 Quais órgãos mais executaram emendas?

O predomínio da área da saúde também faz com que o Ministério comandado por Nísia Trindade seja a pasta que mais executou verbas de emendas parlamentares no ano passado. A lista abaixo traz os vinte órgãos que mais executaram emendas parlamentares

5 Qual região do País mais recebeu emendas?

Em termos absolutos, a Região Nordeste foi a que mais recebeu emendas parlamentares em 2024, com R\$ 16,1 bilhões - o que equivale a 36,3% do total. Em seguida vem o Sudeste, com 25%. O Centro-Oeste ficou com o menor montante.

Estes dados levam em conta apenas o montante destinado aos governos estaduais e às prefeituras - o que representa cerca de 85% do total. Os 15%

restantes são aplicados por meio de doações de ministérios ou da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)

6 Quais Estados mais receberam?

São Paulo recebeu o maior montante em termos absolutos, com R\$ 3,7 bilhões. A correlação muda quando se leva em conta o valor/habitante: Roraima foi o Estado com mais emendas por morador (R\$ 1.069,06/pessoa)

7 Quanto representa cada tipo de emenda?

De todos os tipos de emenda, as individuais são as que têm o maior peso, representando 54,9% do total. As emendas individuais têm valor igual para todos os congressistas de cada Casa: em 2024 foram R\$ 69,6 milhões para cada senador e R\$ 37,8 milhões para cada deputado federal. Emendas de comissão representaram 26,3% do total em 2024, e emendas de bancada, 18,8%

8 Quanto cada comissão controla?

A Comissão de Saúde da Câmara é de longe a que indicou o maior valor em 2024: R\$ 5,8 bilhões, quase metade de todo o montante

9

Indicações da Câmara e do Senado

Por causa do maior número de deputados e da preponderância das comissões da Câmara, a chamada Casa do Povo acabou sendo a responsável pela maioria das indicações no ano passado

10 Prefeituras receberam a maior parte

As prefeituras foram as maiores recebedoras de emendas no ano passado, seja diretamente ou por meio de fundos municipais. Em seguida vêm os governos dos Estados, que geralmente recebem emendas de bancada. Só depois surgem outros tipos de pessoas jurídicas, como ONGs e empresas privadas - neste último caso, trata-se de verba destinada para a compra de produtos, geralmente máquinas e veículos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Vai ficar complicado exportar para os EUA'

JÉSSICA PETROVNA

A intenção do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifa de 25% sobre importações de aço e alumínio vai ter consequências negativas para o Brasil, importante produtor global das commodities, avaliam especialistas.

"Base técnica não tem, mas muitas coisas que Trump está adotando não têm base técnica.

Essa é mais uma", afirmou o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, alertando para o efeito colateral nos EUA. "Aço é matéria-prima para a indústria americana.

Ao tributar o aço, ele aumenta o custo de produção da indústria americana, ou seja, aumentando a **inflação**." No caso do Brasil, Castro estima que o País terá dificuldade para exportar metade do aço que vende para os Estados Unidos se a nova sobretaxa for, de fato, confirmada. "Sem dúvida, as tarifas vão atingir o Brasil", disse. Ele pondera, contudo, que será preciso esperar pelos detalhes da medida para avaliar o impacto real.

Em 2024, o País foi o segundo maior exportador do produto para os EUA, atrás apenas do Canadá, de acordo com o American Iron and Steel Institute.

Durante seu primeiro mandato, em 2018, Trump impôs tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, mas depois concedeu cotas isentas a parceiros comerciais como Canadá, México, União Europeia e Brasil.

"O Brasil teve sobretaxa no alumínio e cota no aço, o que acabou prejudicando muito as exportações brasileiras para lá. Com mais essa tarifa de 25%, vai ficar complicado exportar para o mercado americano", afirma Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil. "Algo que teremos de ver é se Trump vai colocar também (tarifas) sobre o ferro, porque o Brasil exporta muito ferro e muito minério de ferro. Provavelmente, não será afetado. Teremos de avaliar depois."

Expectativa

Especialista diz que é preciso ter detalhes da medida para avaliar seu real impacto no Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem ajuste, há risco de paralisia da máquina pública em 2027, indica estudo

Há risco de paralisação ("shut-down") da máquina pública federal a partir de 2027, caso não sejam adotadas medidas adicionais para conter o crescimento de despesas como aposentadorias, salários do funcionalismo, emendas parlamentares impositivas e os pisos de despesas com saúde, educação e investimento. O alerta está em estudo elaborado pelos consultores de orçamento da Câmara dos Deputados Dayson Almeida e Paulo Bijos, o último ex-secretário de Orçamento Federal.

O trabalho aponta a necessidade de o Congresso incluir R\$ 22,8 bilhões em novas despesas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. O cálculo reflete os efeitos do pacote anunciado em novembro ante os aumentos de despesas de conteúdos da **inflação** mais alta em comparação com o projetado em agosto passado, quando a proposta foi elaborada. O Valor noticiou essa estimativa no dia 5 deste mês.

O estudo vem num momento em que o governo debate internamente se e quando apresentará novas medidas de ajuste fiscal. Após parte das propostas da equipe econômica no fim de 2024 ter sido barrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Congresso, a estratégia passa por um ajuste, apurou o Valor. Por ora, o plano central é buscar cumprir a meta de déficit zero este ano usando instrumentos tradicionais, como congelamento de despesas. Caso esse caminho se mostre muito duro, Lula poderá ter um "pacoti-nho" de medidas para evitar um contingenciamento muito elevado.

Um alvo provável é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que vem crescendo de modo preocupante e pode ter critérios revistos. Medidas para mudar a estrutura das despesas, como sugere o estudo, só seriam apresentadas ao Congresso após as eleições de 2026.

Almeida e Bijos projetaram os principais dados do orçamento de 2025 a 2034. Os números mostram como despesas obrigatórias avançam e reduzem o espaço para as discricionárias em função do limite estabelecido pelo arcabouço fiscal.

Em 2027, alertam, o crescimento nominal projetado para o limite de gastos será insuficiente para acomodar o crescimento das despesas obrigatórias e de outros itens que não podem ser contidos, como

emendas e o piso de investimentos criado no arcabouço. De 2026 para 2027, o teto da despesa deverá subir R\$ 164,9 bilhões. As despesas obrigatórias avançarão mais: R\$ 188,1 bilhões.

Pode não ser necessariamente uma situação de colapso orçamentário e "shutdown" porque há sobreposições entre regras de despesas. Por exemplo: algumas emendas parlamentares atendem simultaneamente ao piso de gastos com saúde. Tal situação pode trazer alívio enquanto não há soluções estruturais.

"De fato, o que as projeções de médio e longo prazos indicam é que medidas gerenciais ou ajustes fiscais pontuais são certamente insuficientes", diz o estudo. E acrescenta que "ajustes estruturais mais vigorosos se impõem como necessários para viabilizar a orçamentação pública discricionária e, conseqüentemente, a própria sustentabilidade da regra fiscal de despesa em vigor."

A situação é "crítica" já neste ano, apontam os autores. O problema só não se materializou ainda pelas sobreposições e pelas economias potenciais contidas no PLOA 2025, estimadas em R\$ 25,9 bilhões, resultante da revisão de gastos. Os autores destacam proposta dos deputados Julio Lopes (PP-RJ), Kim Kataguiri (União-SP) e Pedro Paulo (PSD-RJ) de atacar supersalários, desindexar despesas atreladas ao salário mínimo ou ao desempenho das receitas e corrigir as despesas apenas pela **inflação** de 2026 a 2031. A economia com essa proposta foi estimada em R\$ 1,1 trilhão de 2026 a 2031.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=1§ion=1>

Sobre a existência de um piso para os juros no Brasil

Há muitos anos eu me pergunto por que a taxa real de juros é tão alta no Brasil. Sabemos que quando a **inflação** aumenta, a política óbvia é aumentar a taxa de juros. Tanto esta política quanto a política fiscal reduzem a demanda e assim contribuem para a queda da **inflação**. Mas por que o Banco Central precisa partir de um nível tão alto de taxa real de juros para lograr a queda da **inflação**?

Em dezembro de 2024, o Banco Central decidiu aumentara taxa Selic de 11,25% (6,25% em termos reais) e previu aumentos iguais em janeiro e fevereiro, quando deverá alcançar 14,25% (7% em termos reais). No dia 29, o segundo aumento foi feito. Por que o Banco Central é obrigado a partir de um nível real de taxa de juros tão alto (6,25%)? Por que não pode partir de uma taxa real de juros de 3% a 4%? Nos Estados Unidos, por exemplo, quando depois da pandemia a **inflação** voltou, o Fed aumentou a taxa real de juros de 1% para 2,5%.

A **inflação** havia claramente mostrado uma aceleração e não havia outra coisa a fazer senão aumentar a taxa de juros reais que já estava nesse nível altíssimo. O novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula, que sempre criticou os juros altos, participou de todo o processo. Ele não teve alternativa.

Sugiro uma explicação que não me lembro de ter lido anteriormente. Sugiro que existe no Brasil um piso para a taxa real de juros. Desde a grande alta de juros do Plano Real (1994), esse piso vem baixando através dos anos. Hoje, esse piso está entre 5 e 6% ao ano - um nível ainda altíssimo quando pensado em termos mundiais.

Por que haveria um piso? Seria a mesma coisa que perguntar por que os juros são tal altos. E ainda, como tem sido possível manter por tanto tempo esse piso em um nível não mais que lentamente cadente? Algumas respostas ou argumentos são bem conhecidos.

O primeiro é o caso do poder político do sistema financeiro que aumentou em todo o mundo. Mas se foi isto que aconteceu, por que só no Brasil o piso é tão elevado? Teriam os rentistas ou os investidores no mercado financeiro mais poder no Brasil dos que nos outros países? Talvez. O poder do sistema financeiro

é especialmente alto aqui porque grande parte dos títulos do Tesouro são indexados. Dessa maneira, quando o Banco Central aumenta os juros, não há prejuízo para os portadores de títulos. Não há, assim, o conflito entre os investidores a curto prazo e os ao longo prazo que existe nos demais países.

Uma segunda explicação é a de que o Brasil está acomodado com a realização de um déficit na conta corrente de cerca de 2% do **PIB**. Para financiar esse déficit precisaria um diferencial de juros em relação aos países ricos. Já em 2001, em artigo com Yoshiaki Nakano, mostramos que a taxa real de juros no Brasil era muito maior do que a taxa internacional de juros mais o risco país, e que esse diferencial de juros existia para atrair capitais, já que com a abertura financeira era difícil depreciar o real. Isto é verdade, mas é preciso considerar que boa parte desse financiamento é feito por investimentos diretos vindo do exterior.

Outra explicação seria que os brasileiros e seus políticos ficaram escaldados com 15 anos de altíssima **inflação** (1980-1994) e aceitam propostas de aumento de juros muito acima do que é necessário para controlar a **inflação**. Esta explicação é melhor, mas ainda é insuficiente.

Adiciono aqui uma quarta explicação para o piso, esta de caráter cultural, que talvez seja também uma ideia original que valeria a pena discutir. Creio que os brasileiros 'se habituaram', passaram a considerar 'natural' um nível de taxa de juros muito alto, e assim passaram a aceitar com facilidade a política de juros altos, ainda que isto conflite com seus interesses. Apresento três fatos que não provam mas sustentam essa naturalização cultural do nível alto da taxa de juros existente no Brasil há muitos anos.

Primeiro, temos a decisão adotada pelo governo militar, em seguida ao golpe de 1964, de estabelecer para os depósitos na caderneta de poupança correção monetária (indexação) e estabelecer uma taxa de juros real de 6% ao ano para eles. Um absurdo econômico contra o qual ninguém na época protestou.

Segundo, existe uma velha lei da usura, de 1933, jamais revogada, que define como 'crime de usura' a cobrança de juros reais acima de 12% ao ano. A Constituição de 1988 manteve a regra, fortalecen-

clo-a. Não sei como foi o debate sobre esse dispositivo na Constituinte. Soube apenas que o saudoso deputado Fernando Gasparian lutou o mais que pode para garantir os 12% reais. Ora, essa taxa de juros é muito alta. É melhor deixar a taxa de juros por conta de o mercado, enquanto o Estado trata de limitar os juros abusivos como, por exemplo, a prática do varejo em suas vendas a crédito de fazer os bons pagadores pagarem em juros pela inadimplência dos maus pagadores, ou como as taxas altíssimas cobradas pelos bancos através dos cartões de crédito.

O fato, porém, de o Congresso ter aprovado esse dispositivo mostra que os constituintes estavam habituados a juros altos.

Terceiro, em 1994, para neutralizar a inércia inflacionária, o Plano Real usou a URV, mas tratou de garantir o bom êxito do plano com uma enorme elevação da taxa de juros e de um âncora cambial associada à primeira política. Isto foi prudente. Logo, porém, se tornou inaceitável, porque o governo recusou-se a baixar com a devida presteza a taxa de juros. Foram precisos anos de luta para que o governo e o agora independente Banco Central levassem a Selic aos 5 a 7% reais de hoje. Foi mais um sintoma da naturalização dos juros altos.

As quatro causas que apresentei neste artigo para explicar por que haveria um piso elevado para a taxa de juros foram o poder do sistema financeiro, a acomodação do Brasil com um persistente déficit na conta corrente de 2% do **PIB**, o fato de os brasileiros terem ficado escaldados com os 15 anos de alta **inflação**, e a existência de um piso real de juros. Em seguida ofereci três exemplos dessa naturalização de uma taxa de juros alta: em 1964, uma taxa de juros real de 6%, a aprovação de um dispositivo limitando os juros a 12% reais na Constituição de 1888, e a demora da redução da taxa de juros depois do grande aumento que foi necessário para garantir o Plano Real, em 1994.

Esses três exemplos nos ajudam a compreender o piso abaixo do qual parece ser "impossível" baixar os juros reais. Um piso do qual quem realmente se beneficia são muito poucos e é uma das causas de nossa quase-estagnação.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188113?page=1§ion=1>

Governo convoca líderes da base para tratar de prioridades em meio a debate sobre reforma ministerial e após recados de Motta

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, convidou os líderes da base do governo no Congresso para uma reunião na quarta-feira no Palácio do Planalto. Na pauta do encontro, está a discussão das prioridades do governo no Congresso ao longo do ano, como a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. A reunião ocorre em meio ao debate sobre a **reforma ministerial** e após o presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmar que o Executivo precisa cortar gastos e dizer que os atos de 8 de janeiro não foram uma tentativa de golpe.

O Planalto só vai divulgar a lista de prioridades após a reunião com o objetivo de buscar aval dos congressistas para avançar nos projetos de interesse do governo. A estratégia também é um gesto aos parlamentares para tentar construir uma pauta em conjunto e levar a público apenas os textos que tiverem chances reais de avançarem na Câmara e no Senado. Na semana passada, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) levou ao Congresso uma lista com 25 projetos que julga prioritários, como a isenção do IR, limitação a supersalários e regulamentação das big techs.

É a primeira vez que a articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reúne com líderes das legendas aliadas ao governo em 2025. O encontro ocorrerá em um momento em que Lula reflete sobre mudanças no primeiro escalão e legendas pressionam por mais espaço em ministérios.

Como mostrou O GLOBO, a indefinição na **reforma ministerial** tem acentuado a disputa por espaços entre partidos e integrantes do governo, isso porque Lula ainda não esclareceu as possibilidades reais às legendas. As principais indefinições envolvem PSD, PP e União Brasil e os espaços que essas legendas ocuparão após o rearranjo no comando dos ministérios. No Planalto, a expectativa é de que mudanças de fato ocorram apenas em março.

Nessa fase de indefinição, até mesmo um ato falho de Lula é lido como mensagem cifrada pelos partidos que devem ser impactados pela dança nas cadeiras. Na última quarta-feira, enquanto dava entrevistas a rádios

de Minas Gerais, Lula respondeu sobre a chance de o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) virar ministro e citou o Ministério do Turismo como um dos comandados pelo PSD. A pasta, no entanto, tem à frente Celso Sabino, do União Brasil:

O PSD, partido de Gilberto Kassab, ocupa três ministérios no governo Lula - Minas Energia, Pesca e Agricultura. Nas últimas semanas, Kassab indicou a integrantes do governo que deseja trocar a pasta da Pesca, que tem André de Paula à frente, pela do Turismo, que pertence ao União Brasil. O Turismo tem um orçamento três vezes superior ao da Pesca, de acordo com a previsão deste ano enviada ao Congresso e ainda não votada. O volume inclui a possibilidade de direcionar verbas para atividades que atraem atenção do eleitorado, como shows e eventos.

Além das iminentes mudanças no primeiro escalão, o governo convive com os recados emitidos por Motta logo na primeira semana na presidência da Câmara. Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que Lula não pode falar para a "bolha", como fez o ex-presidente Jair Bolsonaro, e defendeu que o governo corte gastos.

Em outra entrevista, ele disse que o 8 de janeiro não foi uma tentativa de golpe e defendeu que não haja "exageros" nas penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos condenados. A fala foi criticada por governistas, que estão preocupados com um possível estímulo ao projeto que prevê anistia para os envolvidos no ataque às sedes dos três Poderes.

- Negar a tentativa de golpe de 8 de janeiro é um verdadeiro absurdo depois de tantas provas obtidas na CPI do Congresso e nas investigações do STF. Enquanto ficarmos passando o pano em golpistas vamos continuar vivendo sob ameaças - disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/10/governo-convoca-lideres-da-base-para-tratar-de-prioridades-em-meio-a-debate-sobre-reforma-ministerial-e-apos-recados-de-motta.ghtml>

EMPRÉSTIMO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Empréstimo consignado não é o que aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, estão querendo ou reivindicando, mas sim a correção, atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, repetimos: defasados há mais de três décadas, quando em setembro de 1991, o governo Fernando Collor de Mello promoveu a desvinculação dos reajustes anuais do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. Desde então, a redução drástica de proventos vem acontecendo, prejudicando, de forma perversa, milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, contribuintes mantenedores da **Previdência Social**. O atual governo precisa, urgentemente, corrigir o malfeito, ou permitirá que todos, num futuro bem próximo, passem a ser beneficiários percebendo o equivalente a um salário mínimo.

RECURSOS

Os recursos financeiros para corrigir essa maldade que vem atingindo os segurados do **INSS** não faltam, pois o que é arrecadado na conta **Seguridade Social** e disponibilizado em orçamento próprio para suprir as despesas com **previdência social**, assistência social e saúde é mais do que suficiente para atender à demanda, desde que esses recursos financeiros não sejam transferidos para socorrer outros programas governamentais, aplicando-se com exclusividade nas três áreas que compõem a **Seguridade Social**. Para que isso aconteça, a eliminação definitiva do instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, é imperativa, fortalecendo o equilíbrio financeiro e permitindo o fiel cumprimento do que a Carta-Magna estabelece como atribuições à Seguridade.

DÍVIDA

A aprovação do Projeto de Lei número 4434 de 2008 pelos deputados federais e homologação do Presidente da República é necessária e providencial para corrigir uma ação governamental que somente prejuízo causou e causa a aposentados e pensionistas, participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A redução de proventos é inconcebível e sem precedentes. É uma punição severa e inconsequente, atingindo trabalhadoras e trabalhadores, cidadãos e cidadãs brasileiros que cumpriram todos os seus deveres e

obrigações para com o Estado. A dívida dos deputados federais para com os apo-

sentados e pensionistas tem que ser quitada. Não se concebe tanta demora para apreciação, votação e aprovação de um Projeto de Lei que corrige um malfeito.

RECONHECIMENTO

Aposentados e pensionistas haverão de ser reconhecidos pelo que fizeram, realizaram, contribuíram e ainda contribuem pelo desenvolvimento do País. Reivindicam, portanto, igualdade no reajuste das suas aposentadorias e pensões. Suas contribuições financeiras ao Sistema Previdenciário Brasileiro garantem tratamento igualitário que também lhes é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 201, parágrafo 4º, transcrito a seguir: "é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real, conforme critérios definidos em lei". Assim sendo, suas reivindicações são legítimas e baseadas na legislação vigente. Atendê-las é reparar, corrigir e restabelecer um direito fundamental.

DENGUE

A prevenção para se proteger da dengue pode ser feita adotando-se os seguintes procedimentos: manter caixas d'água, tonéis e barris bem fechados; descartar corretamente o lixo e manter as lixeiras tampadas; evitar o acúmulo da água sobre lajes; guardar garrafas com a boca virada para baixo; armazenar pneus em locais cobertos; proteger ralos com telas finas; vedar fossas; colocar areia nos pratinhos de vasos de plantas até a borda e lavá-los semanalmente; eliminar qualquer objeto que possa acumular água, como tampas de garrafas ou cascas de ovo. Estas orientações foram publicadas na reportagem de O Liberal do dia 7 de fevereiro, sexta-feira: "Casos de dengue caem quase 60% no Pará".

MAIS 60

Recebemos do Serviço Social do Comércio - SESC/SP, a revista Mais 60 - Estudos sobre Envelhecimento. Publicação de excelência, com artigos escritos de grande e incontestável relevância, destacando o envelhecer. São dez tópicos entre artigos, fotos, entrevista e resenha que nos levam a refletir no futuro com crescimento acentuado das pessoas idosas. Na

capa para dar o brilho especial e essencial a nossa consagrada atriz Fernanda Montenegro. Parabéns SESC/SP!

RELIGIÃO

"Quem elimina a religião, elimina todo e qualquer fundamento da sociedade humana" (Platão).

Site:

https://anoticialagoas.comhttps://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0efc5d21515c016b50e9c0ac153f1727.pdf.br/wp-content/uploads/2025/02/JAN-990.pdfhttps://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0efc5d21515c016b50e9c0ac153f1727.pdf